

## Mais do que afastar gestores da Tmcel, é preciso investigar a gestão feita do vasto parque imobiliário da empresa

- A Tmcel herdou um vasto e apetecível parque imobiliário das extintas TDM e Mcel. Só para se ter uma ideia: o conselho de administração que cessou funções nesta terça-feira liderou a venda de uma propriedade de 12 hectares localizada no Bairro Sommerschild, na zona nobre da Cidade de Maputo, pelos incríveis 47 milhões de dólares. Mas pode ter vendido mais imóveis espalhados um pouco por todo o país. Será que o dinheiro foi usado para os fins da empresa – financiar a melhoria da qualidade da rede e o processo de redimensionamento da força de trabalho? Por isso, é urgente investigar a gestão dos activos imobiliários da Tmcel feita nos últimos cinco anos.



- A cronologia dos factos revela que há problemas de fundo que escapam do grande público. O Ministro de tutela (Mateus Magala) apareceu a dizer que a Tmcel estava numa “situação complexa” e a solução passava pela privatização, redução da massa laboral em 60% e assunção da dívida de mais de 400 milhões de dólares pelo Governo. Em menos de uma semana, representantes dos trabalhadores chamaram a imprensa para desmentir as palavras do Ministro, afirmando que a Tmcel estava a registar melhorias. Tudo parecia instrumentalização feita pelo conselho de administração para garantir a sua continuidade na gestão da empresa. Ontem, o Governo fez cair o conselho de administração liderada por Mahomed Rafique Jusob e nomeou uma comissão de gestão da Tmcel.

Na semana passada, o Governo foi à Assembleia da República explicar que a Tmcel enfrenta problemas graves que, caso não sejam devidamente resolvidos, vão colocar a empresa numa situação de colapso e insolvência. Além da elevada dívida (mais de 400 milhões de dólares) com tendência de agravamento e dificuldades de pagamento de salários, a empresa está a perder a sua quota de mercado e opera num ambiente altamente concorrencial, com uma reputação e percepção dos clientes sobre a marca a deteriorarem-se progressivamente. As suas receitas estão em progressivo declínio e, a nível tecnológico, a empresa usa uma plataforma desactualizada e de vários fornecedores, levando a custos operacionais e de manutenção muito altos, deficiências na manutenção do hardware e do software que, grosso modo, estão no fim da sua vida útil e sem qualquer suporte do fornecedor<sup>1</sup>.

O Ministro dos Transportes e Comunicações, Mateus Magala, falou ainda da existência de várias recomendações para resolver a “situação complexa” da Tmcel, sendo que “a mais aplicável seria encontrar um parceiro do capital social estratégico, isto é, uma operadora multinacional de telecomunicações”. Mas a viabilização desta recomendação implicaria vender um mínimo de 80% das acções da Tmcel e o Governo assumir todas as dívidas e empréstimos da empresa, que totalizam mais de 400 milhões de dólares. As medidas para a viabilização da operação incluem ainda a redução do número de trabalhadores em 60% por cento (rescisão de contratos com pouco mais de mil trabalhadores, dos 1.700 existentes)<sup>2</sup>.

Na segunda-feira, o Comité de Empresa da Tmcel, que representa os trabalhadores, chamou a imprensa para reagir aos “últimos pronunciamentos do Ministro dos Transportes e Comunicações”, Mateus Magala. Estranha-

mente, os representantes dos trabalhadores fizeram afirmações improváveis, desmentindo, de forma implícita, o que o Ministro de tutela tinha dito aos deputados. O Comité de Empresa disse que com a intervenção do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) na gestão do dia-a-dia, a Tmcel estava a registar melhorias: os atrasos de pagamento de salários tinham sido ultrapassados e havia investimentos na melhoria da qualidade da rede, com a expansão da tecnologia 4.5G para as capitais provinciais (falta cobrir Pemba e Lichinga).

O representante dos trabalhadores destacou ainda os investimentos feitos para a modernização dos sistemas de facturação para garantir que a Tmcel se possa reerguer e voltar a ocupar a sua posição no mercado. Sobre a recomendação apresentada como sendo a mais aplicável para a empresa, os representantes da massa laboral afirmaram a proposta de redução da força de trabalho em 60% “criou alguma agitação porque os colegas não sabem que critérios serão definidos para indicação ou para o alcance da percentagem”. O secretário do Comité de Empresa, Fausto Maurício, disse que a redução da força laboral está a acontecer há meses, mas é um processo voluntário em que o trabalhador negocia com a gestão da Tmcel.

Vinte e quatro horas depois da conferência de imprensa do Comité de Empresa da Tmcel, os accionistas da empresa reuniram na tarde desta terça-feira em assembleia-geral extraordinária e decidiram nomear uma Comissão de Gestão da Tmcel, constituída por Mahomed Adamo Mussá, presidente e responsável pelas áreas Comercial e Sistemas, Nordino José Wazo, gestor para a área de Operações, e Cezerillo Horácio Eugénio Matuce, gestor para as áreas de Administração e Finanças. Com a aprovação da Comissão de Gestão da Tmcel, cessou as funções o conse-

lho de administração que há seis anos liderava a empresa e era composto por Mahomed Rafique Jusob Mahomed (presidente), Mário Luís Albino e Binda Jocker. Este conselho de administração esteve em frente da Tmcel desde que a empresa nasceu da fusão das empresas de capitais públicos Moçambique Celular (Mcel) e Telecomunicações de Moçambique (TDM), um processo concluído em 2018.

A fusão foi uma medida tomada pelo Governo em 2016 visando salvar as duas empresas que já estavam à beira da falência devido à má gestão que resultou na sua insustentabilidade e dívidas elevadas. As demonstrações financeiras dos últimos exercícios económicos antes da fusão mostravam que a TDM tinha um capital social de 2,8 biliões de meticais, enquanto da Mcel era de três biliões de meticais. Os activos tangíveis da TDM estavam avaliados em 10,8 biliões de meticais da Mcel em 11,8 biliões de meticais. No âmbito da fusão, fez-se uma reavaliação dos activos tangíveis aos preços actuais do mercado imobiliário e apurou-se um excedente de reavaliação no valor de 6,6 biliões de meticais. Isto significa que a nova empresa (Tmcel) herdou um património avaliado em cerca de 29 biliões de meticais<sup>3</sup>.

O conselho de administração que agora cessa funções foi responsável pela venda de alguns imóveis que compõem o vasto património que a Tmcel herdou das extintas TDM e Mcel. Em Setembro de 2018, antes da conclusão do processo da fusão da TDM e Mcel, os novos gestores assinaram um contrato de prestação de serviços de consultoria com a Broll Moçambique, visando a rentabilização dos seus activos imobiliários “não essenciais para o negócio”. A venda de activos foi justificada pela necessidade de financiar actividades essenciais, como a melhoria da qualidade da rede, bem como o processo de

<sup>1</sup> <https://www.oeconomico.com/tmcel-vai-ser-privatizada/>

<sup>2</sup> <https://cartamz.com/index.php/politica/item/13678-governo-ainda-sem-solucao-para-tirar-tmcel-do-fundo-do-poco>

<sup>3</sup> <https://verdade.co.mz/tmcel-assegura-200-milhoes-de-dolares-em-condicoes-muito-boas-para-modernizacao-e-expansao/>

redimensionamento da força de trabalho<sup>4</sup>.

Quatro meses, a imprensa<sup>5</sup> reportou a venda, por 47 milhões de dólares, de instalações da extinta TDM, nomeadamente uma propriedade de 12 hectares localizada no Bairro Sommerschild, na zona nobre da Cidade de Maputo. A Tmcel vendeu a propriedade à petrolífera norte-americana ExxonMobil, ope-

rador do consórcio que detém os direitos de exploração de gás natural da Área 4 na Bacia do Rovuma. É importante apurar se os 47 milhões de dólares foram, de facto, aplicados na melhoria da qualidade da rede e no pagamento de indemnizações aos trabalhadores dispensados no âmbito do redimensionamento da força de trabalho. Por isso, o CDD

defende que, além da responsabilização dos gestores e políticos que delapidaram fundos da extinta Mcel, deve haver uma investigação independente à gestão do conselho de administração que agora cessa funções. Isso inclui a reavaliação do património da empresa, sobretudo os imóveis espalhados um pouco por todo o país.

<sup>4</sup> <https://opais.co.mz/telecomunicacoes-tdm-e-mcel-reinventam-se-no-mercado/>

<sup>5</sup> <https://jornalnoticias.co.mz/economia/exxonmobil-e-tmcel-fecham-negocio/>



#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beúla  
**Autor:** Emídio Beúla  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

**Twitter:** CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

